

O perfil socioeconômico da agricultura familiar produtora de hortaliças em Anápolis (GO, Brasil)

Wesley de Freitas

Alcido Elenor Wander

Resumo

O presente trabalho visa descrever o perfil socioeconômico do agricultor familiar que produz hortaliças em Anápolis-GO. A partir da agricultura familiar, buscou-se identificar o perfil desses produtores, bem como as características dos mesmos. Dentre os objetivos específicos a relação dos resultados com aqueles apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A metodologia foi a pesquisa de campo do tipo quantitativa, com a amostra de 7,1% do universo dos agricultores familiares da cidade de Anápolis, com base no Censo Agropecuário de 2006 que registrou 1.126 propriedades. Os resultados apresentaram dados relevantes, 82,5% das propriedades da amostra possuem até 1 módulo fiscal. 71,3% das famílias tem até 4 membros no núcleo familiar com a predominância da presença feminina que atua com mão de obra nas atividades do campo e domésticas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Produção de hortaliças. Perfil socioeconômico.

Abstract

This study aimed to describe the socioeconomic profile of the family farmer producing vegetables in Anapolis (Goiás state, Brazil). From the family agriculture, we sought to identify the profile of these producers as well as their characteristics. The specific purpose is to compare results with those presented by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The methodology was the quantitative type field research, with the sample of 7,1% of the universe of family farmers of the city of Anapolis, based on the agricultural census of 2006 recorded 1.126 properties. The results showed relevant data, 82.5% of the sample properties have up to one fiscal module. 71.3% of households have 4 members in the household with the predominance of female presence that works with labor activities in the field and domestic.

Key words: Family Farming. Vegetable production. Socioeconomic profile.

Introdução

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) 2014 estima que com o crescimento da população mundial, o setor de alimentos, em específico, a produção agrícola de alimentos, tem a desafiante missão de aumentar em 60% nos próximos 35 anos. As projeções são de que, em 2050, seja necessário produzir alimentos para 9,1 bilhões de pessoas diariamente. E a Agricultura Familiar (AF) terá participação direta nessa produção, sendo também desafiada a melhorar a eficiência de produção no campo. Produzir mais com menos insumos e, em especial com o mínimo possível dos recursos naturais que, cada vez mais, são escassos, como é o caso da água doce.

Tanto para os países desenvolvidos quanto para subdesenvolvidos, a Agricultura Familiar (AF), composta por bases familiares de produção agrícola está diretamente ligada ao desenvolvimento rural, englobando desde aspectos socioeconômicos a aspectos ambientais e culturais. Em 2014, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), declarou o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), esta é uma prova clara da importância desse setor.

Nota-se intenção e preocupação da FAO (2014) quanto ao AIAF numa análise de dados específicos sobre a AF. Segundo a FAO (2014), na agricultura mundial existem, aproximadamente, 570 milhões de unidades produtivas. Para a FAO (2014) 88% destas unidades pertencem ao modelo de AF, visto que nessas propriedades, chefes de famílias exercem suas atividades de produção junto com outros familiares. Segundo a FAO (2014), 111 países no mundo têm a maior parte das propriedades rurais com tamanho menor que 1 hectare. Esse número representa 72% das propriedades, por isso uma das características da AF é a produção em pequenas propriedades. Esses dados demonstram que a AF é de interesse internacional, visto que a produção de alimentos para atendimento à população tem origem no setor.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2006) no Brasil, apresenta a agricultura familiar como responsável por fornecer 70% dos alimentos consumidos, e empregar 77% da mão de obra ativa que trabalha no campo. Para o IBGE (2006) Alguns dos produtos oriundos da AF têm uma produção bem considerável, como é o caso dos 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% de carne de porco, 58% de leite e 50% de aves. A produção de hortaliças de acordo com o Anuário (2014), foi de 19,4 milhões de toneladas. E a AF tem participação substancial nessa produção.

Entretanto, para ser classificada como agricultura familiar no Brasil a Lei 11.326, de julho de 2006, parametriza o agricultor familiar como aquele que, gera, no mínimo, 80% de sua renda, com mão de obra do núcleo familiar e, possua até 4 módulos fiscais. Os módulos fiscais são definidos de acordo com a região, seu valor pode ser acessado no Sistema Nacional de Cadastro Rural de Índices Básicos de 2013 e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O módulo fiscal no município de Anápolis é de 16 hectares. Por isso, em Anápolis, propriedades com até 64 hectares são consideradas, nesse critério, propriedades pertencentes à AF.

A produção de hortaliças, tem necessidade de mão de obra para o trabalho, mesmo que seja do núcleo familiar. Além disso, necessita dos insumos em geral, contratação de máquinas e transporte para distribuição da produção. Nesse sentido, há a necessidade de investimento financeiro que antecipe a receita. Visto que sem investimento prévio, o agricultor familiar não terá viabilidade para produção.

Uma vez enquadrado na Lei 11.326 de julho de 2006, o agricultor familiar terá acesso às políticas destinadas a ele. Dentre os programas de governo direcionados ao setor, para Griza, Wezr Junior e Buchweitz (2015, p.324) o mais importante é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) “criado em 1995, [...] marca o reconhecimento do Estado brasileiro à agricultura familiar” destinado a promover linhas de crédito para fortalecer a AF. Sendo um acesso para que a produção agrícola da AF, seja desenvolvida também pelo viés dos subsídios financeiros que, como vimos no parágrafo anterior, são cruciais, para viabilizar as atividades produtivas.

Nota-se a importância da produção de alimentos pela AF para o país, neste sentido o trabalho apresentará um estudo sobre o perfil da AF em Anápolis que produz de hortaliças. Visto que a realidade global poderá ser ou não um fator que predomina nessa região.

O objetivo geral do trabalho foi identificar e descrever o perfil socioeconômico das famílias produtoras de hortaliças em Anápolis Goiás. De forma específica pretendeu-se: Mapear o perfil das famílias produtoras de hortaliças em Anápolis Goiás, relacionar esse perfil aos números fornecidos na base do Censo IBGE de 2006. Por isso o problema desse artigo é refletido pela seguinte questão: Qual é o perfil socioeconômico dos agricultores familiares de Anápolis (GO) que produzem hortaliças?

Referencial teórico

Agricultura familiar

Embora o termo Agricultura Familiar seja objeto de pesquisa para estudiosos do mundo todo e se saiba que é possível desenvolver o trabalho a seguir nessa perspectiva, o estudo será realizado no viés de alguns estudiosos, em nível de Brasil. O tema AF abarca um vasto arcabouço de obras de autores de outros países. Altafin (2007, p.1) aponta para o estudo como fonte de “novas significações” por isso trata-se neste trabalho da AF com base nos órgãos regulamentadores como INCRA, MDA e autores que escrevem numa ótica nacional.

Entende-se, de acordo com INCRA (2015), que a Reforma Agrária amparada na Lei nº 4.504/1964, é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Destaca-se aqui que a agricultura passava pelos processos legais no País para a distribuição da terra, e que os pequenos produtores, ou seja, a AF deveria ser amparada pelas políticas públicas. Esse fato é visto como reivindicação de uma classe que sofreu com as medidas do governo militar nas décadas de 1960 a 1980 numa exclusão social devido aos desempregos e condições de trabalho.

Para Bergamasco (1997), a reforma agrária teve nos anos de 1950 e 1960, discussões apontadas para a solução de problemas de cunho nacional. Essa afirmação indica o papel dos movimentos sociais rurais, reprimidos pelo governo militar, que na época, priorizou a modernização do país. Segundo Bergamasco (1997):

Os resultados perversos desta modernização podem ser constatados pela formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, especialmente o desemprego sazonal, pela precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades, entre 1960 e 1980. Esta precarização das condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas resultou no fortalecimento da organização política dos trabalhadores. [...] As denúncias contra os massacres de trabalhadores rurais, aliadas à realização do III Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1995, que decide pelo incremento das ocupações, faz emergir com muita ênfase o debate sobre a reforma agrária no seio da sociedade brasileira (BERGAMASCO, 1997, p. 37).

Nota-se que, as migrações expressivas em direção às cidades, resultaram na formação de classes, devido à exclusão. Verifica-se nessas duas décadas que, 28 milhões de pessoas acumularam os sentimentos contrários às injustiças que, potencializaram ações significativas. O resultado inevitável seria o surgimento de organizações, numa lógica contrária às condições

de precariedade. Assim, os 28 milhões que saíram de suas origens experimentaram a remuneração por salários bem baixos.

As colocações de Altafin (2007) elucidam a evolução do termo Agricultura Familiar ele apresenta, em sua discussão, os precursores históricos, apontando para cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus, que contribuíram para uma formação de campesinato. Segundo o teórico, esses cinco grupos ficaram no segundo plano das políticas públicas de governo do Brasil, contudo fizeram contribuições indiretas nessa evolução do que chamamos de fornecimento de alimentos em sua época. Segundo Altafin (2007):

Esse mosaico de produtores de alimentos é unificado sob o conceito de camponês no contexto do processo de transformação econômica no Brasil iniciado na primeira metade do século 20. [...] o período é marcado por lutas do nascente operariado brasileiro e pela estruturação dos partidos de esquerda, que se voltam para a organização dos trabalhadores do campo (ALTAFIN, 2007, p.9).

De acordo com o INCRA 2015, o decreto nº 59.456 de 1966 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), mas para a questão agrária em meados da década de 1960, não apresentou efetividade. Pode-se dizer que em meados da década de 1980, houve uma tentativa, com pouco sucesso, de implementar o Novo Plano Nacional como Decreto nº 97.766 de 1985, com meta de destinar 43 milhões de Cruzeiros, para assentar 1,4 milhão de famílias até 1989. Essa demora promoveu indignação por parte dos agricultores.

Os movimentos sociais rurais protagonizaram ações de cunho nacional que tiveram repercussão internacional. Dentre outros fatores, a produção agrícola de uma família depende da posse da terra, daí a pressão para o desenrolar de políticas públicas eficientes e a desapropriação de terras como meta governamental. Porém, não é o bastante, uma vez que o pequeno produtor necessita de medidas efetivas como assistência técnica e inserção em mercados que absorvam a produção.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de certa forma foi uma resposta do governo, conforme afirma Guanzioli (2007, p.302), “O PRONAF surge numa época (1995), na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares”. Verifica-se aí o programa como uma contraproposta às reivindicações dos movimentos sociais ligados à terra.

Portanto, esses movimentos, de acordo com Bergamasco (1997), são os agricultores organizados numa perspectiva capitalista rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST). Contudo esses agricultores necessitam de produção para subsistência e geração de renda.

Segundo Schneider (2003) agricultores organizados tem diretrizes diferentes do homem camponês, nessa nova forma sua produção vai além da simples necessidade de subsistência, ele necessidade de vender seus produtos.

[...] dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra” (SCHNEIDER, 2003, p.99).

Para Hurtienne (2008), agricultura familiar e agricultura camponesa são sinônimas, pelo fato de ambas considerarem a família para a força de trabalho. O fator que define a AF é determinado pela família que atua em sua propriedade. Porém, como objeto de seu estudo, o autor se atém a famílias da região Norte, o que requer peculiaridade para desenvolvimento, uma vez que nessas regiões o extrativismo é a atividade econômica que requer extensões maiores de terras.

Sua colocação considera camponeses que geram seus próprios alimentos, bem como os quantitativos para comercialização. Hurtienne (2008) parece apresentar divergência de Schneider (2003) e Bergamasco (1997), no sentido conceitual da agricultura familiar. Visto que, coloca a agricultura camponesa como sendo produtora de excedentes para venda, o que acontece pelo fato de seus estudos terem como objeto os agricultores da região Norte. “Essa distinção entre camponeses e agricultores familiares para distinguir a agricultura do Norte, como poucos insumos externos, da agricultura do Sul do Brasil, mais capitalizada” (HURTIENNE, 2008, p.34).

Para Pietrafesa (2002, p.211), “[...] o conceito de agricultor familiar atendeu a uma nova perspectiva histórica sobre o rural e o setor que desenvolve atividades prioritariamente com a força de trabalho com os membros de sua família”. Visto que em sua análise há um viés sociológico do estudo sobre a AF, apontando para as bases históricas que determinam o conceito.

Pietrafesa (2002) apresenta na sua tese A Grande Travessia, uma forma de AF, sob duas evidências, uma referente à sua importância para a localidade pesquisada e, outra quanto à importância da organização social. Neste sentido, tem-se uma análise de (PIETRAFESA, 2002, p.213) “[...] os estudos históricos existentes sobre a construção da diferenciação entre a

forma de produção dos agricultores familiares e o desenvolvimento das foças produtivas, no capitalismo, ajudaram a compreender os processos sociais da Agricultura Familiar”.

Pode-se entender que a evolução do conceito apresentou a necessidade de criação de uma referência Altafin (2007), uma vez que as discussões têm pontos particulares a serem observados para cada região. A divergência do conceito necessita de compreensão geográfica e cultural, de acordo com a região onde se encontra a propriedade do AF. Visto que muitos dos pesquisadores apontados nesse estudo buscaram explicações de bases sociológicas quando abordam a Agricultura Familiar.

Portanto, Nogueira (2014), Melo (2005), Souza-Esquerdo (2014), Bergamasco (1997), Schneider (2003), Matos & Marin (2009), Altafin (2007), utilizam os parâmetros da Lei 11.326/2006 para abordagens sobre o tema e determinar uma referência. Mesmo que sejam realizados estudos por estes no campo sociológico, esses autores colocam os parâmetros da legislação para desenvolverem suas considerações.

Quanto a Lei 11.326/2006, pode-se resumi-la com as seguintes afirmações: A propriedade poderá ter no máximo quatro módulos fiscais, o produtor e sua família devem atuar diretamente nas atividades, a maior parte da renda deverá ser em função das atividades originárias da propriedade, além da necessidade de que o produtor resida no local.

As questões legais determinam ordem e, permitem uma forma básica de leitura de determinado fator. Com a agricultura familiar não é diferente, sua predominância no Brasil tem dimensões geográficas continentais e uma vasta diversidade cultural. Para Altafin (2007), a Bergamasco é suficiente para abarcar as diversas situações identificadas no Brasil.

A partir da Lei 11.326/2006, pode-se concluir que qualquer que seja a vertente a ser estudada, há de se ter uma base legal que possibilite um padrão para análises. Sendo assim, a Agricultura Familiar tem uma tratativa explorada bem diversificada como visto anteriormente. E a Lei 11.326/2006 encerra para a adoção de políticas públicas por parte do governo àqueles que realmente necessitam.

Portanto, os agricultores familiares do país, por mais diferente que seja sua forma de atuação, de acordo com a sua localização e cultura, têm um parâmetro legal para abordagens dos estudiosos e organismos públicos e privados. Contudo, finaliza-se esse tópico como iniciamos por Souza (2002), afirmando que a agricultura familiar extrapola os aspectos, família, trabalho, terra e ambiente, sendo estes as bases da legislação que os determina.

Hortaliças

Pretende-se, nesse tópico, desenvolver uma reflexão a cerca do tema Hortaliças¹, inserido na perspectiva da Agricultura Familiar, como um fator de relevante importância. Visa-se elucidar o conceito, bem como os fatores que envolvem a produção e as bases de dados com registro para tratamento, em particular no município de Anápolis-GO.

Percebe-se que a informação pelo advento da internet e redes sociais, promove mudanças no comportamento da população, com relação à alimentação não é diferente, nesses espaços, tem-se abordado também, com frequência, o tema alimentação saudável. Esse direciona a atenção nos hábitos alimentares e dieta humana adequada. “Ressaltaram-se dificuldades para ter alimentação saudável relacionada à condição econômica, informação e conhecimento, e ritmo de vida” (RANGEL-S, LAMEGO, GOMES, 2012, p.931). Porém a segurança alimentar é assunto prioritário de debates pela FAO que, caracteriza a produção como aspecto de acesso à alimentação além do desenvolvimento econômico do AF.

A exigência maior, por parte dos consumidores, quando se trata de produtos de consumo alimentar, são questões como: contaminação, qualidade e origem que são cruciais para a decisão no ato da aquisição. De acordo com (MONDINI et al., 2010, p.687), “estudos mostram que o consumo elevado de frutas e hortaliças (verduras e legumes) associa-se à redução do risco de doenças cardiovasculares e da mortalidade geral”. O que reforça a necessidade de produção desses produtos.

Outro fator é a legislação que afere esses produtos com base em parâmetros mínimos, de acordo com orientação nacional e internacional, para obtenção de garantia de, por parte do consumidor. Na legislação, contemplam-se restrições quanto à utilização de agrotóxicos, origem da água para irrigação, tipos de semente e a degradação do meio ambiente, entre outros fatores. Preza, Nogueira e Augusto (2010) abordam a questão das hortaliças, correlacionando-as com uso de agrotóxicos e contaminação, visto que fertilizantes e defensivos podem ser muito prejudiciais à saúde humana.

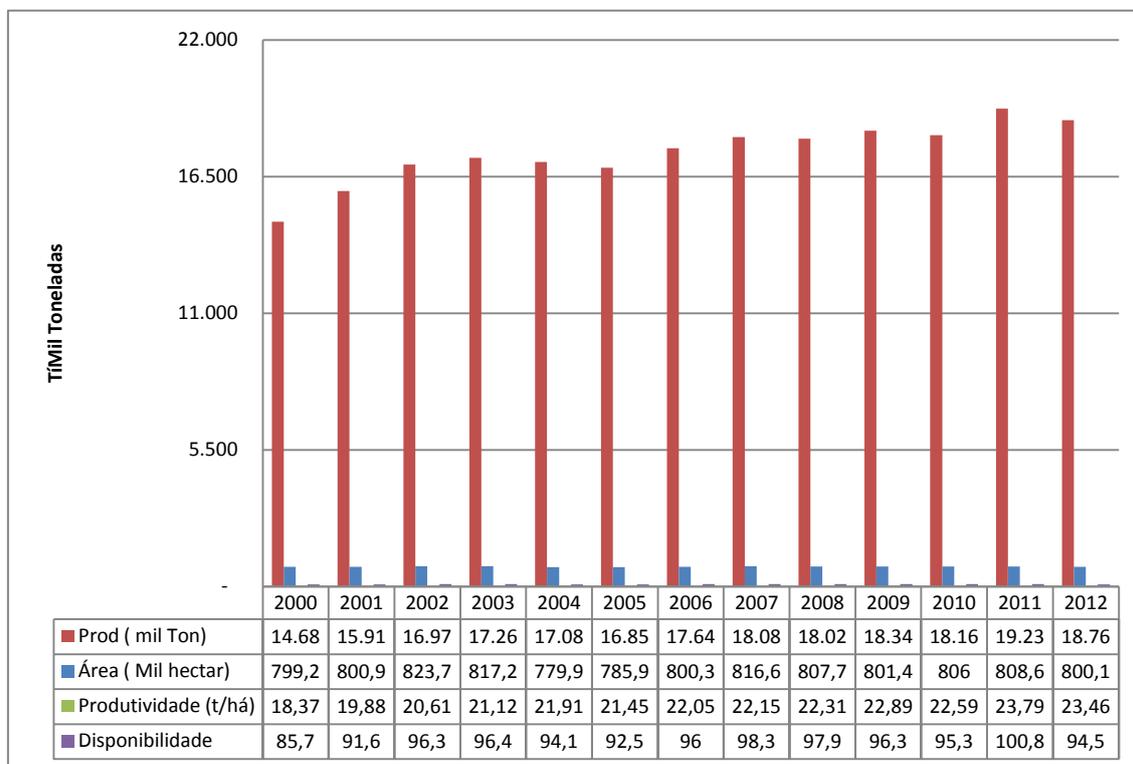
A produção de hortaliças², segundo Nascimento (2015), é de aproximadamente 20 milhões de toneladas. Essa produção gera de 27 a 30 bilhões de reais por ano. De acordo com o (Anuário 2014), a produção nacional do referido ano, foi de 19,4 milhões de toneladas.

¹ Hortaliça é a planta herbácea da qual uma ou mais partes são utilizadas como alimento na sua forma natural (Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

²Entrevista Conexão Ciência, pesquisador da Embrapa. PHD Warley Nascimento. Retirado de <https://youtu.be/f1rYKfbo5Rw>

Esses dados seguem a tendência de crescimento apresentada no gráfico abaixo, produção de hortaliças no Brasil no período 2000 a 2012.

Gráfico 1: Produção de hortaliças no Brasil, 2000 a 2012.



Fonte: Embrapa Hortaliças (2013)

Pode-se afirmar que há uma produção expressiva de hortaliças em Anápolis, porém é necessário que se vincule parte dessa produção à Agricultura Familiar, uma vez que conforme IBGE são responsáveis por aproximadamente 70% da produção agrícola no Brasil. A cidade tem uma posição geográfica privilegiada, localizada entre Goiânia e Brasília, às margens das BRs 153, 060 e 414.

Os dados da movimentação de hortaliças de Goiás, no CEASA-GO Centrais de Abastecimento do Estado de Goiás, em 2014, foram de 486.030,34 toneladas. Nessa base de dados, é possível acesso da movimentação da cidade de Anápolis que foi de 92.779,22 toneladas. Porém, é necessário considerar a microrregião desta cidade, que contempla 18 municípios conforme figura 1.

Os dados são fornecidos pela Central de Abastecimentos Regional de Anápolis CEARANA, no Relatório de Análise Técnica Conjuntural, 2014. Os volumes movimentados na cidade de Anápolis foram de 22.682,78 toneladas. Os dados de Centrais de Abastecimento referem-se às movimentações, devem ser considerados como números de produção da

Agricultura Familiar e não Familiar. Uma vez que esses relatórios apontam para abastecimento de hortifrúteis e sua distribuição, e não contemplam as produções que não passam por eles. “as CEASAs se mantêm como estruturas cruciais para interconexão entre produtores e consumidores de diferentes estados brasileiros” (WEGNER; BELIK, 2012, p.198).

Metodologia

De acordo com MDA, no ano de 2014, entre julho e novembro, 976.572 contratos foram efetivados. Como o objeto dessa pesquisa foram produtores de hortaliças nos moldes da Agricultura Familiar, que utilizam financiamento para sua produção, é necessário desenvolver o estudo nessa linha.

Segundo o Instituto Mauro Borges (IMB), a população rural censitária do município de Anápolis foi de 5.858 habitantes no ano de 2010. E o número de estabelecimentos agropecuários por utilização de terras em lavoura permanente, temporária, pastagens naturais e plantadas, matas e florestas naturais e plantadas foi de 1.126 em 2006. Esses dados são de tempos distintos, porém permitem um parâmetro para a aproximação e separação de amostra. Mesmo que não seja o número de estabelecimentos única e exclusivamente da Agricultura Familiar, temos nesse dado de 2006, uma base para investigação. Outro fator que atesta esse número é o de que os dados do IMB são da base do IBGE, Censo de 2006.

Percebe-se que a definição de uma amostra, conforme Lakatos e Marconi (2011), deverá ser um percentual do universo definido. A pesquisa abrangeu 7,1% de estabelecimentos sendo 80 do universo de 1.126 definidos pelo IBGE (2006).

Método

Para demonstrar o perfil e as formas de financiamento que os agricultores do município de Anápolis-GO solicitam para subsidiar a produção de hortaliças, realizou-se uma amostragem representativa de 7,1% dos agricultores familiares na região de estudo, tendo como base as 1.126 propriedades constadas no IMB. O nível de confiança adotado foi de 90% e o erro amostral de 9% do universo de 1126 propriedades que contempla o número de Agricultores Familiares em Anápolis Goiás, o resultado seria de 78 propriedades, onde pesquisamos 80.

Percebe-se que a definição de uma amostra, conforme Lakatos e Marconi (2011), deverá ser um percentual do universo definido. A pesquisa abrangeu 7,1% de estabelecimentos sendo 80 do universo de 1.126 definidos pelo IBGE (2006).

O critério de escolha das amostras foi o de seleção nas áreas de maior concentração de unidades produtivas familiares. Saídas lestes, oeste norte e sul da cidade de Anápolis com aplicação de questionários de perguntas fechadas.

Os agricultores familiares foram analisados pelo perfil socioeconômico, a análise estatística deste trabalho permitiu representar de maneira simplificada os conjuntos de dados com relação aos agricultores, como: membros, valores de produção, tamanho da propriedade, entre outros. Para Lakatos e Marconi (2011), Vergara (2009), Gil (1999), o método estatístico fornece uma descrição da sociedade, permitindo relacionar fenômenos de forma quantitativa. Sendo este método aplicável, uma vez que permite “delimitação de classes sociais especificando características dos membros dessas classes” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p.93).

O critério de escolha das amostras foi o de seleção nas áreas de maior concentração de unidades produtivas familiares. Saídas lestes, oeste norte e sul com aplicação de questionários de perguntas fechadas.

Abordagem

A abordagem quantitativa, no método estatístico, permitiu a análise do número de Agricultores Familiares, bem como o perfil socioeconômico com detalhamento. Visto que os parâmetros abordados, na pesquisa, permitiram uma visão pela amostra de quantidades de classes e ou grupos para desenvolvimento de análise. Outro fator é o de que numa abordagem quantitativa, pode-se relatar com gráficos e tabelas, uma tendência.

A abordagem quantitativa, de acordo com Lakatos e Marconi (2011), pode ser desenvolvida do geral para o específico, de acordo com a classificação dos dados, que podem ser em escala nominal, ordinal, intervalar ou proporcional ou em agrupamento de dados. Tendo a nominal a finalidade de classificar os objetos, a ordinal propõe ordenar as categorias, a intervalar objetiva medir por proporções de intervalos, por último, o agrupamento que é a possibilidade de manipulação dos dados, conforme necessidade do pesquisador.

Essas escalas de medição podem desenvolver-se, conforme a necessidade de investigar os objetivos da pesquisa, após o levantamento de dados. No caso do geral, compreender o perfil socioeconômico da AF em Anápolis. Se para Lakatos e Marconi (2011), o método

quantitativo tem precisão e controle e permite uma sistematização dos passos da pesquisa, Severino (2010), alerta para a detecção de que numa visão positivista de sujeitos humanos, podem-se perder critérios relevantes. Deste modo, Lakato e Marconi (2011) demonstram a vantagem de a pesquisa quantitativa ser integrada à qualitativa.

Visto que os parâmetros abordados, na pesquisa, permitirão uma visão pela amostra de quantidades de classes e/ou grupos para desenvolvimento de análise, outro fator é, o de que numa abordagem qualitativa, pode-se relatar o que gráficos e tabelas podem não apresentar. Percebe-se assim, que a excessiva confiança nos dados, pode ocultar o que a observação de campo detectar.

Sendo assim, é necessário verificar os sujeitos dessa pesquisa, numa óptica quantitativa para definição de escalas de medição, mas será feito também uma análise qualitativa, para complementar, possíveis lacunas. Lakatos e Marconi (2011) colocam como a observação direta ou participante, para uma abordagem que será quantitativa e qualitativa.

Para essa construção será necessária uma técnica para as coletas de dados. Verificou-se, nesse trabalho, o desenvolvimento de análises, segundo o objetivo geral e os específicos. O que requer uma técnica para aplicação de questionário junto aos sujeitos da pesquisa. Por isso o próximo tópico visa esclarecer essa técnica. Para levantar o perfil sócio econômico dos agricultores do município de Anápolis-GO que produzem hortaliças, foi realizado um questionário com base nos questionamentos que remetem ao objetivo geral e específico.

Resultados e discussão

Perfil das famílias produtoras de hortaliças em Anápolis-GO

Na análise deste estudo, verificou-se que em Anápolis a amostra apontou para 61,3% dos agricultores como proprietários da terra. A Tabela 1, apresenta os percentuais da quantidade geral de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar, bem como o total de hectares utilizados por ambos. Segundo o IBGE 5.146.000 estabelecimentos, com extensão 326.450.110,45 de hectares foram catalogados no censo de 2006 no Brasil. No município de Anápolis, 69% são propriedades pertencentes à AF, elas estão em uma área que compreende 22% da área rural do município.

O perfil dos agricultores familiares de Anápolis se assemelha aos números apresentados por órgãos como a FAO (2014), que mostra que 72% das propriedades do mundo são pertencentes ao modelo de AF, conforme o IBGE (2006) demonstra, na Tabela 1,

na ordem de País, Estado e Município. No caso da FAO (2014), esses produtores são em maioria proprietários dessas terras. Conforme parágrafo anterior, o IBGE/Censo Agropecuário 2006, no estado de Goiás 65% das propriedades pertence à AF e no Brasil 84% são estabelecimentos da AF.

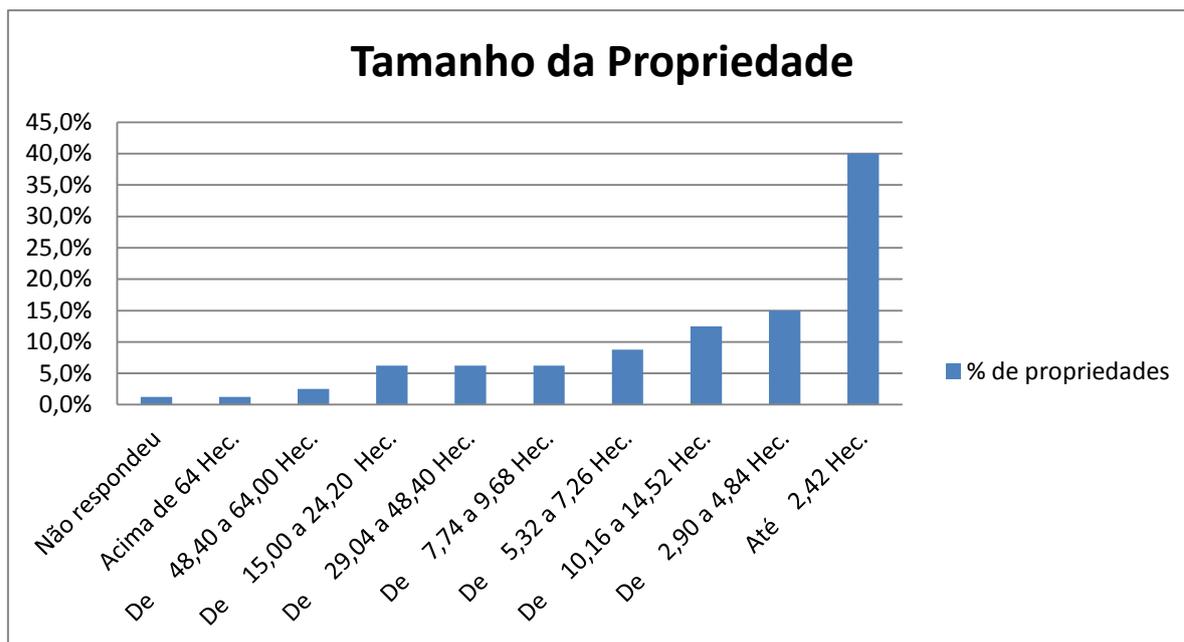
Tabela 1: Estabelecimento e área da agricultura familiar

Localização	Nº Propriedades		Áreas em Hectares	
	AF	Não Familiar	AF	Não Familiar
Brasil	84%	16%	24%	76%
Goiás	65%	35%	13%	87%
Município de Anápolis	69%	31%	22%	78%

Fonte: Adaptado IBGE/Censo Agropecuário 2006.

As propriedades da AF pesquisadas, em Anápolis, apresentaram o perfil das famílias desses agricultores, seguindo o que preconiza na Lei nº11.326/2006, enquadrando o Agricultor Familiar como aquele em cuja propriedade tem até 4 módulos fiscais, com a maior parte da renda e mão de obra provenientes da propriedade. Autores como Nogueira (2014), Melo (2005), Souza-Esquerdo (2014) e Bergamasco (2014), Schneider (2003), Matos & Marin (2009) e Altafin (2007) utilizam esses parâmetros da Lei para abordagem em pesquisas sobre a AF nas linhas que abrangem a produção, economia, social, tecnologia.

O gráfico 2 demonstra que 82,5% das propriedades entrevistadas possuem até um módulo fiscal, o módulo fiscal no município de Anápolis tem 16 hectares. A FAO aponta que 70% das propriedades mundiais possuem menos de 1 hectare. O Censo/IBGE (2006) demonstra que o Brasil, tem 24,3% do território agrícola com propriedades da AF com média de 18,37 hectares, e àquelas não Familiares, com uma média é de 309,18 hectares. Neste estudo, verificou-se que 40% das propriedades do município anapolino têm até 2,42 hectares, de acordo com o gráfico nº 2.

Gráfico 2: Área da propriedade.

Fonte: Resultados da pesquisa.

A pesquisa identificou que 40% das propriedades pesquisadas tem a área de até 2,42 hectares, isto representa 3,8% de 64 hectares. Sabe-se que 4 módulos para o município de Anápolis totalizam 64 hectares. Conforme disponibiliza o INCRA, para enquadrar o produtor na AF, de acordo com a Lei nº11326/2006, cada módulo fiscal é composto por 16 hectares. Dessa forma, são considerados 4 módulos para uma propriedade no município de Anápolis. Segundo IBGE, Censo 2006, a área média da propriedade rural é de 40 hectares, em Goiás.

Esses estabelecimentos geram emprego para suas respectivas famílias, em uma área bem menor que estabelecimentos não familiares ocupam. Como se pode observar, anteriormente, propriedades da AF contém área média de 18,37 hectares no Brasil. De acordo com IBGE/Censo (2006). Xavier, Marques e Almeida (2012) 87% da proporção da terra em Goiás está sob domínio das propriedades não familiares.

Identificou-se que 71,3% das famílias pesquisadas são formadas por até 4 membros, como é possível verificar na Tabela 2. Outro fator relevante é o de que 65% dos membros destas famílias são menores de 18 anos. Há uma predominância de atividades desenvolvidas por menores no campo, com uma relação direta de auxílio aos pais. Contudo, presta-se a observação de que verificar a questão, requer avaliação numa outra vertente de pesquisa, uma vez que requer análises sobre a relação apresentada.

Tabela 2: Número de Membros na Família

Quantidade de Membros	Freq.	%
De 2 a 4 pessoas	41	51,3%
Até 2 pessoas	16	20,0%
De 5 a 6 pessoas	13	16,3%
De 7 a 10 pessoas	9	11,3%
Mais de 10 pessoas	1	1,3%
Total	80	100%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Outro Fator muito relevante a ser apontado, é o de que em 71,3% dessas propriedades há a predominância de mulheres, nas atividades domésticas ou no campo, isto indica que a mulher tem uma representação considerável e agrega valor como afirmam Georgin et al. (2015). De acordo com o IBGE, censo de 2006, a AF tinha em um estabelecimento 0,86 mulheres com 14 anos ou mais.

De acordo com Hurtienne (2008), a força de trabalho da AF é composta pelos membros da família, deste modo a mulher tem atuação considerável na propriedade, nas atividades domésticas e no auxílio laboral com a produção do campo. Conforme verificamos anteriormente, com relação aos membros menores de idade, estes também compõem a força de trabalho na propriedade.

Esta composição de força de trabalho familiar não tem o vínculo trabalhista, o que isenta o chefe da família de impostos, que normalmente, um empregador deve arcar junto ao funcionário. Na tabela 2, estão distribuídos os percentuais de famílias, de acordo com as quantidades de membros.

As famílias com até 4 pessoas representaram 51% dos entrevistados, aquelas com até 2 pessoas 20%, contudo somadas as famílias de 2 a 4 pessoas, teremos uma representação de 71%, o que indica uma redução no número de membros nessa região.

O gráfico 3 demonstra que 85% das propriedades têm uma renda bruta entre 1.000,00 e 8.000,00 reais, esses valores representam a média mensal. O Censo/IBGE de 2006, apresenta Goiás como um estado onde a AF tem baixo poder aquisitivo, neste trabalho nota-se que os agricultores com baixa renda representam apenas 5% dos pesquisados. Pois com renda de até 1.000,00 tivemos 25% que responderam receber de 1.001,00 reais até 3.000,00 reais. Contudo 45% dos entrevistados apresentaram renda de 3.001,00 a 5.000,00 reais.

De acordo com o Censo/IBGE 2006, o valor médio da renda anual foi de 13,99 mil. Uma nota interessante é a de que, o IBGE obteve resposta com relação à renda de apenas 69%

dos agricultores familiares, quanto aos 31% declaram não terem obtido renda. Por tanto ver há a necessidade de novas pesquisas visto que este número é considerável.

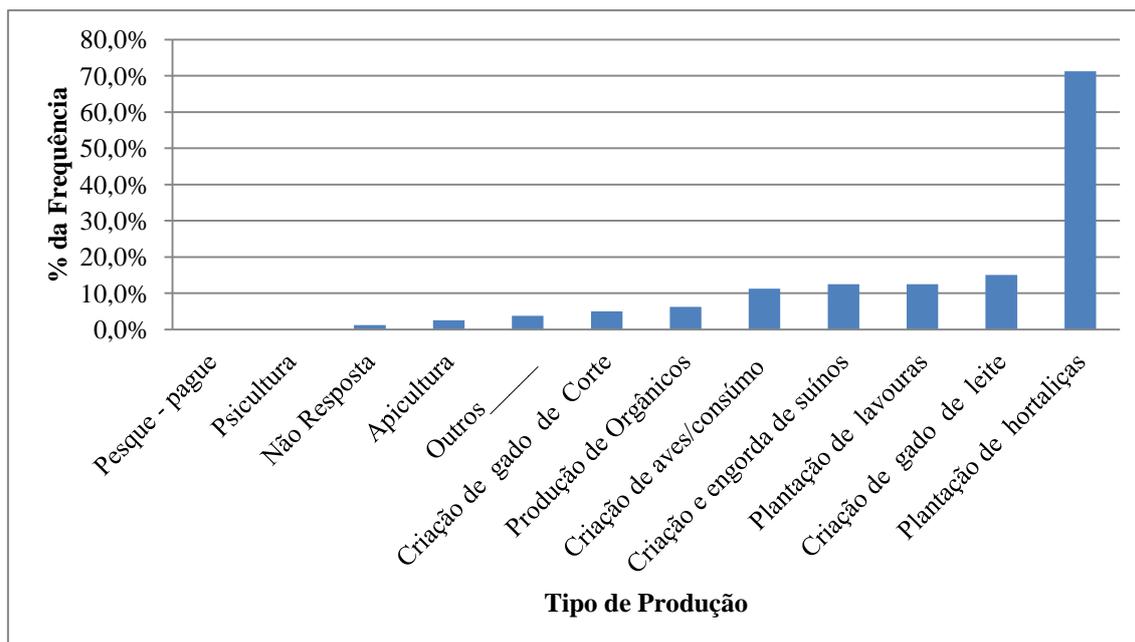
A partir da hipótese de que 31% dos pesquisados pelo IBGE não responderam sobre a obtenção de renda, existe a probabilidade de que essa renda anual de 13,99 mil seja maior. Deste modo, nesta pesquisa que considerou renda de 1 mil a 8 mil remete a um valor anual bem maior que 13,99 para 85% das propriedades, devendo considerar que a base de dados do IBGE é de 10 anos atrás.

Gráfico 3: Renda da Propriedade



Fonte: Resultados da pesquisa.

A média mensal da renda foi considerada a partir de ganhos brutos, desconsiderando as despesas da propriedade. A resposta, por parte dos sujeitos, teve resistência, no que se refere à renda, o que chama atenção, uma vez que dados dessa relevância não possam ser omitidos, embora tenha sido constante a maior frequência para a renda de 3.001,00 a 5.000,00. Esta renda equivale a quantidade de 3,4 a 4,6 salários mínimos.

Gráfico 4: Produção que gera a renda na propriedade

Fonte: Resultados da pesquisa.

Verificamos, no gráfico 4, que a produção de hortaliças predomina em 71,3% das propriedades. Os sujeitos foram pesquisados em feiras livres e no Mercado do produtor, uma vez que a pesquisa visou detecção de produção de hortaliças. Os dados fornecidos pela Central de Abastecimentos Regional de Anápolis CEARANA, no Relatório de Análise Técnica Conjuntural 2014, demonstram volumes movimentados, na cidade de Anápolis, que se encontram em torno de 22.682,78 toneladas. Este trabalho demonstra que a AF tem participação direta na produção de hortaliças, uma vez que é uma atividade predominante em 71% destas propriedades.

Conclusão

O objetivo geral deste trabalho de identificar o perfil sócio econômico do agricultor familiar de Anápolis GO foi atingido. Há existência de uma produção considerável como se verifica nos dados da Cearana, Anápolis, GO. Com relação ao município e seu porte de médio para grande, pode-se também associar que a agricultura familiar tem êxito, devido a um mercado local forte, mesmo com escoamento da produção para outros mercados.

São realizadas feiras livres em diferentes bairros da cidade todos os dias da semana, onde alguns produtores vendem diretamente seus produtos ao cliente final, foi o que se observou por meio da Secretaria, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do município.

Quanto ao perfil socioeconômico do agricultor, a renda bruta é R\$ 1.000,00 a R\$ 8.000,00 com predominância em 85% famílias formadas em maior parte de 2 a 4 membros em 71%. A produção predominante foi a de hortaliças, visto que a pesquisa buscou esse agricultor familiar em específico. 71,3% dessas propriedades há a predominância de mulheres na composição da força de trabalho no campo ou nas atividades domésticas. Com relação às dimensões, 82,5% das propriedades entrevistadas possuem até 1 módulo fiscal conforme INCRA.

Esse perfil permite verificações futuras por meio de novas pesquisas uma vez que trata das questões que sugerem aprofundamento. Sendo a pesquisa fonte inesgotável de buscas ficam propostas para pesquisas futuras quanto: A relação da mulher na célula da AF; A relevância da renda bruta relacionada ao tamanho da propriedade; A relação de quantidade de membro da AF em Anápolis GO e da média nacional. Contudo fica aberta a temática AF que produz hortaliças na cidade como fonte de pesquisa.

Bibliografia

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ANUARIO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA. Brazilian Fruit Year book. Editora Gazeta, ISSN 2178-0897, 2014. Disponível em <http://www.grupogaz.com.br/tratadas/eo_edicao/6/2014/05/20140528_997424315/pdf/4393_hortaliças_2014.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BERBAMASCO, S.M. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estudos Avançados, v.11, n.31, p.37-49, set/dez 1997.

BRASIL. Lei 4.505 de 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. MAPA Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. MDA. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Reforma agrária. INCRA. Disponível em: <http://www.incr.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em: 21 jul. 2015.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASAGO. Análise Conjuntural. Disponível em: <<http://www.ceasa.goias.gov.br/post/ver/145124/analise-conjuntural-anual>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO REGIONAL DE ANÁPOLIS - CEARANA. Relatório de Análise Técnica Conjuntural. Prefeitura Municipal de Anápolis, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. The State of Food and Agriculture Innovation in family farming. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Ano Internacional da Agricultura Familiar? Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/main-messages/pt>>. Acesso em: 26 set. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Ano Internacional da Agricultura Familiar? Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Nota Informativa sobre o Dia Mundial da Alimentação 2010. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/download/notaInformativaDMA2009p.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Publications. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4036e.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

GEORGIN, J.; WIZNIEWSKY, J.G.; DA ROSA, A.L.D.; OLIVEIRA, G.A.; CAMPONOGARA, A. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. Monografias Ambientais, v.14, n.3, p.1-9, 2015.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas 1999.

GOIAS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Mapas das microrregiões. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=5000&id_not=8>. Acesso em: 02 ago. 2015.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V.J.; BUCHWEITZ, V.D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.52, n.2, p.323-346, 2014.

GUANZIROLI, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.45, n.2, p.301-328, 2007.

HURTIENNE, T.P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Novos cadernos NAEA, v.8, n.1, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Tabelas Completas. Notas Técnicas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015.

INSTITUTO MAURO BORGES – IMB. Estatísticas Municipais / Estabelecimentos. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATOS, R.G.; MARIN, J.O. Agricultores familiares e sistemas de produção de frutas em Itapuranga. Pesquisa Agropecuária Tropical, v.39, n.3, p.197-206, jul/set 2009.

MELO, A.P.G. Agricultura familiar e economia solidária: a experiência em gestão de bens comuns e inserção em mercados por organizações rurais de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, UFLA, 2005.

MELO, L.V.; PAESE, C.R. O Combate à Fome no Brasil: uma análise da implantação do Programa Fome Zero em 2003 e 2004. Revista de Políticas Públicas, v.17, n.1, p.149-159, 2013.

MONDINI, L.; MORAES, S.A.D.; FREITAS, I.C.M.D.; GIMENO, S.G.A. Consumo de frutas e hortaliças por adultos em Ribeirão Preto, SP. Revista de Saúde Pública, v.44, n.4, p.686-694, 2010.

NASCIMENTO, W. Conexão Ciência fala sobre a produção de hortaliças no Brasil. Disponível em: <<https://youtu.be/f1rYKfbo5Rw>>. Acesso em: 25 jul. 2015. (Entrevista ao Programa Conexão Ciência).

NOGUEIRA, L.R.T. Ações voltadas à agricultura familiar que contribuem com o desenvolvimento de municípios do sul de Minas Gerais. 2014. 138p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

PIETRAFESA, J.P. A grande travessia: agricultura familiar e qualidade de vida. TESE (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, DF. 2002.

PREZA, D.L.C.; NOGUEIRA, T.F; AUGUSTO, L.G.S. Práticas na comercialização e na indicação de agrotóxicos em região produtora de hortaliças no Estado da Bahia. Magistra, v.23, p.168-174, 2011.

RANGEL-S, M.L.; LAMEGO, G.; GOMES, A.L.C. Alimentação saudável: acesso à informação via mapas de navegação na internet. Physis, v.22, n.3, p.919-939, 2012.

SCHNEIDER, S. Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, n.43, p.190-194, 2000.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, v.30, n.3, p.511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.51, p.99-121, 2003.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, V.F. Agricultura familiar: Permanência e/ou Resistência num Bairro Rural de Araraquara- SP. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola 2002, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000266938&fd=y>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SOUZA-ESQUERDO, V.F. de; BERGAMASCO, S.M.P.P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). Revista de Economia e Sociologia Rural, v.52, supl.1, p.205-222, 2014.

VERGARA, S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2009.

WEGNER, R.C.; BELIK, W. Distribuição de hortifruti no Brasil: O papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. Cuadernos de Desarrollo Rural [International Journal of Rural Development], v.9, n.69, p.195-220, 2012.

XAVIER, G.L. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). Estudos Sociedade e Agricultura, v.23, n.1, p.131-165, 2015.

XAVIER, K.D.; MARQUES, D.M.F.; ALMEIDA, L.M.M.C. A relevância da agricultura familiar segundo dados do Censo Agropecuário de 2006: Uma análise comparativa entre Goiás e os estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Conjuntura Econômica Goiana, v.21, p.26-34, 2012.

Sobre os autores:

Wesley de Freitas

Mestrado Profissional em Mestrado Profissional em Administração pela Faculdades Alves Faria, Brasil(2016).
Professor da Faculdade Evangélica de Goianésia, Brasil.

Alcido Elenor Wander

Doutorado em Ciências Agrárias pela Georg August Universität Göttingen, Alemanha(2002).
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Brasil

*Artigo recebido em 02/03/2017
Aprovado em 26/04/2017*

Como citar esse artigo:

FREITAS, Wesley de; WANDER, Alcido Elenor. O perfil socioeconômico da agricultura familiar produtora de hortaliças em Anápolis (GO, Brasil). **Revista de Economia da UEG**. Vol. 13, N.º 1, jan/jun. 2017.